

Governo paralisado: Figueiredo espera novas ordens do FMI

Metalúrgicos de S. Paulo vão parar se o pacote sair

Os 850 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo entrarão em greve se o governo promover a rebaixa salarial através do expurgo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a chamada "desindexação". A decisão foi tomada no 10º Congresso Estadual dos Metalúrgicos, encerrado no dia 23 último. O Congresso decidiu que a classe participará do Enclat e do Conclat. Os operários se consideraram em "estado de greve" contra o desemprego e o decreto-lei 2.024 — que muda,

para pior, a lei salarial — e anunciaram que entrarão em greve de solidariedade aos trabalhadores das estatais, caso estes parem suas atividades devido ao "pacote". Essas propostas foram aprovadas pelos 42 presidentes de sindicatos e pelo presidente da Federação dos Metalúrgicos paulistas, Argeu Egydio dos Santos, que afirmou ser necessário "que os próprios trabalhadores discutam a fórmula de pôr a proposta da greve na prática".

A missão de alto nível do Fundo Monetário viajou para os Estados Unidos, em busca de instruções para a renegociação dos acordos com o Brasil. Enquanto isso Figueiredo

espera, com a segunda parte do "pacote da dor" ainda desembrulhada, as ordens virão do FMI. A crise aumenta as brigas dentro do governo pela sucessão presidencial.

Leia na página 3

Os governistas trocam tapas nas convenções do PDS

Maluf sai vencedor das disputas no partido de Figueiredo. Pág. 3



Foto Fernando Pereira

Maria Arleide, metalúrgica, foi espancada pela PM até desmaiar

Montoro denuncia comando paralelo da direita na PM

Para o governador, a violência da PM contra a luta dos desempregados deve-se à "gente que quer boicotar". Pág. 8

EDITORIAL

Chega de marasmo

Já está evidente que daqui até a sucessão presidencial em 1985 a tendência é para uma forte radicalização do quadro político. O agravamento brutal da crise econômica, a capitulação desavergonhada do governo aos ditames do capital estrangeiro, a reação popular e as disputas violentas pelo poder dentro das próprias hostes governistas são os ingredientes do clima de comoção social e política que amadurece rapidamente.

Entre os operários e todas as camadas populares, entre todos os setores democráticos e patrióticos existe uma imensa ebulição de descontentamento. Mas até agora esta insatisfação não encontrou um canal para se transformar em ação prática. Dentro do PMDB constata-se um anseio pela dinamização da atividade oposicionista, brecada pelo imobilismo da cúpula partidária. Em particular os governadores têm influenciado no sentido de botar panos quentes, de buscar declarações formais e indicação de comissões de trabalho para não fazer nada. Interesses menores e o temor da mobilização das massas conduzem à conciliação. Numa questão chave como a luta por eleições diretas para a Presidência da República, é flagrante o descontentamento de imensos segmentos partidários, cansados de tanto imobilismo.

Aglutinar as forças mais conseqüentes e abrir caminho para uma mobilização de massas é uma exigência do resultado eleitoral de 15 de novembro. Transformar as próximas convenções distritais e municipais do PMDB em atos políticos pelas eleições diretas é já uma medida concreta desta semana. E dar continuidade a isto com a criação de comitês pró eleições diretas, unindo entidades, organizações e lideranças populares e democráticas é uma tarefa inclusive já aprovada pela Executiva Nacional do PMDB.

Se as cúpulas caem no marasmo, urge a tomada de iniciativa dos parlamentares e das lideran-

ças mais conseqüentes em cada lugar, dentro e fora do Legislativo e dos governos de oposição. A luta pela anistia já comprovou que a realização de atos públicos de massas, com a presença de personalidades de expressão nacional, funcionam como um forte impulsionador de uma campanha deste tipo. É uma forma eficaz de puxar os setores mais vacilantes e ao mesmo tempo manter a unidade mais ampla.

É claro que embora os partidos políticos, os meios parlamentares e os governos oposicionistas sejam instrumentos indispensáveis nesta batalha, não são os únicos. Cada sindicato, cada entidade popular, cada associação de bairro, cada comissão de fábrica tem o sagrado dever de se empenhar a fundo nesta verdadeira cruzada pela democracia.

Na situação que vai se criando, a luta contra os acordos com o FMI, o movimento nacional contra o desemprego e em defesa de salários dignos, o combate pela liberdade e em defesa da soberania nacional têm um ponto de convergência na campanha pelas eleições diretas.

Um movimento vigoroso neste sentido é o meio seguro para banir o perigo que se avizinha de uma saída institucional da crise pela direita com o ex-governador Paulo Maluf à frente. É de impedir o desenvolvimento da manobra conciliadora de um consenso com Figueiredo — com eleições indiretas — a pretexto de combater Maluf. A solução para o povo não é ficar escolhendo entre o ruim e o pior. A alternativa democrática, de eleições diretas, com unidade das forças oposicionistas contra o arbítrio, é o único caminho que pode servir às forças democráticas, patrióticas e populares. A própria cisão cada dia maior nas fileiras governistas pode ser aproveitada, se houver firmeza da oposição, para facilitar a conquista das eleições diretas.

Os êxitos das greves gerais brasileiras

A história das nossas greves. Pág. 5



Foto Esdras Martins

Assembléia dos bancários em São Paulo: se preciso eles param o Banco do Brasil

Estado de greve contra o pacote das estatais

Funcionários das estatais anunciam greve contra arrocho. Pág. 8

Papa faz acordo com a ditadura de Jaruzelski

João Paulo II na Polônia. Página 2

A luta do povo chileno contra o general Pinochet

Povo nas ruas contra a ditadura. P. 2

STM arquiva processo do Araguaia

Por unanimidade, os juizes do Superior Tribunal Militar (STM) arquivaram o processo contra 17 democratas presos na Bahia por ocasião do lançamento da revista **Guerrilha do Araguaia** em Salvador, em 1º de julho do ano passado. Foi uma longa história de arbitrariedades e acusações infundadas, que começou com a prisão ilegal por 19 dias e torturas de treze dos acusados. Já anteriormente tinha sido arquivado o processo contra a Editora Anita Garibaldi que editou a revista — mas a perseguição contra os que estavam assistindo ao seu lançamento continuou até agora.

O resultado deve-se sobretudo aos protestos generalizados, na Bahia e em todo o país, de entidades e personalidades democráticas. É ao amplo movimento contra a Lei de Segurança Nacional que se estende de norte a sul do Brasil.



A missão do Papa na Polônia revisionista

No dia 16 de junho o papa João Paulo II iniciou uma visita de sete dias à Polônia, sua terra natal. Trata-se de uma ousada iniciativa política e diplomática visando usar a influência do Vaticano para evitar um confronto direto com o regime militar do general Jaruzelski e, ao mesmo tempo, consolidar as posições pró-ocidentais no interior deste.

A viagem papal foi planejada com muito esmero e cuidado pela Igreja Católica e pelo Estado revisionista polonês. E salta aos olhos a gritante diferença da postura de João Paulo II nesta viagem em relação à que fez em março em América Central. Nesta última o papa reuniu-se com alguns dos ditadores mais ferozes e sanguinários do mundo contemporâneo, sem lhes dirigir qualquer tipo de crítica, aberta ou velada. Pelo contrário, as críticas e condenações foram endereçadas à oposição e, em especial, aos setores da Igreja que aderiram à causa popular.

Na Polônia, João Paulo II criticou o governo militar polonês por ter rompido o acordo de Gdansk de 31 de agosto de 1980, que deu

existência legal ao movimento "Solidarnosc". Ao mesmo tempo, o chefe do Vaticano ofereceu ao general Jaruzelski auxílio na contenção de um confronto de massas interno, em troca do retorno a uma maior liberdade de ação para as forças religiosas e pró-ocidentais.

A verdade é que na Polônia joga-se um intrincado xadrez político e diplomático. A Igreja inclina-se para os esforços das potências européias ocidentais que buscam consolidar as suas posições no interior do Estado revisionista, sem partir para um confronto imediato. Em grande medida devido à interação entre Estado e Igreja na Polônia (ver box).

Durante toda a crise de 1980-81, a atuação da Igreja foi no sentido de evitar confrontos abertos e buscar soluções negociadas. O próprio primaz polonês, cardeal Josef Glemp, afirmou, pouco depois do golpe de dezembro de 1981, que a imposição da lei marcial tinha o único mérito de liquidar com a ala mais extremada do "Solidarnosc", que buscava o enfrentamento a qualquer custo e dificultava as negociações.

Para o general Jaruzelski, à frente de um país sacudido por uma profunda crise econômica e devendo cerca de 30 bilhões de dólares a bancos ocidentais, a proposta de paz social da Igreja tem os seus pontos vantajosos. Por isso seu regime se desdobrou para receber o papa.

CUMPRIMENTO SERVIL

Durante todo o trajeto da visita era evidente a íntima colaboração entre as autoridades militares e o episcopado. Cooperação que chegou ao ponto do governo concordar em só intervir contra algum tipo de manifestação com autorização expressa da Igreja. Em muitos casos destacamentos policiais chegavam mesmo a ser comandados por padres de batina. Também não é a toa que o governo permitiu a reunião de João Paulo II com o seu principal aliado na direção do "Solidarnosc", Lech Walesa.

Mas a margem de manobra do regime militar para aceitar a proposta do Vaticano é ainda muito reduzida. Com o mundo à beira de uma nova guerra mundial, a União Soviética não quer se arriscar a ver movimentos pró-ocidentais proliferarem novamente no seu principal parceiro do Pacto de Varsóvia. Por isso os revisionistas de Moscou mantêm a coleira bem apertada em torno do pescoço do general Jaruzelski, o que provocou alguns atritos deste com o papa no decorrer da visita.



João Paulo passa as tropas em revista.

A Igreja cresce na Polônia

A Igreja Católica na Polônia sempre teve um acentuado caráter feudal e retrógrado. Desde a libertação, portanto, desempenhou um papel marcadamente anti-socialista. Em 1956 a Igreja chegou mesmo a organizar um levante armado contra a jovem república socialista polonesa, com o auxílio de potências ocidentais. Esta rebelião contra-revolucionária foi derrotada. Mas nesse mesmo ano a Igreja voltou a jogar um papel decisivo na liquidação do socialismo, colaborando abertamente com a ascensão ao poder dos setores revisionistas encabeçados por Gomulka. Apoiado pela União Soviética de Krushev, Gomulka se aliou ao Vaticano para isolar e derrotar os marxistas-leninistas na direção do Estado e do Partido Operário Unificado Polonês.

O revisionismo no poder fez enormes concessões à reacioná-

ria igreja polonesa, que lhe ajudou a empalmar o poder. No campo, até hoje a Igreja é proprietária de 200 mil hectares de terra, superfície bem superior ao total de terras coletivizadas do país! No terreno da educação, as escolas religiosas foram restituídas, e ainda tiveram um enorme crescimento, incluindo várias universidades católicas e academias de teologia. O número de capelas e igrejas, que era 7.257 antes da 2ª Guerra, pulou para 14 mil em 1974-75. De 28 mil padres, monges e religiosos que existiam antes, em 1968 esse número passou dos 50 mil. Em lugar de 2.209 monastérios, hoje funcionam 3.340. E a participação ativa da Igreja na crise de 1980-81, através do "Solidarnosc", levou a um crescimento ainda mais impetuoso nos últimos anos.

(Luis Fernandes)

Confronto entre povo e ditadura no Chile

A situação política do Chile se agravou a um nível sem precedentes depois da jornada de protestos da semana passada. Pinochet respondeu com uma onda de repressão que atingiu variados e amplos setores políticos e sindicais. Mas os trabalhadores não se intimidaram, e marcaram para o dia 23 de junho uma greve geral contra o regime militar.

Ao todo quatro jovens foram mortos, vinte pessoas ficaram gravemente feridas (algumas em estado de coma), e cerca de 1.400 populares foram presos pelo governo fascista chileno. O presidente da Confederação dos Trabalhadores de Cobre (CTC), Rodolfo Seguel, foi seqüestrado pela polícia. Imediatamente 4.500 operários da mina El Salvador entraram em greve, exigindo sua liber-

tação. Sindicatos de diversas categorias logo se solidarizaram. 800 mineiros foram demitidos, por ordem de Pinochet. Mas outros 10 mil, da mina El Teniente, e 1200 da mina Andina engrossaram a greve.

SOLIDARIEDADE AOS MINEIROS

A exploração de cobre é responsável por 60% das exportações chilenas. Por isto a greve repre-

sentou um golpe profundo na frágil economia do país. Em Santiago, universitários realizaram várias manifestações-relâmpago em solidariedade aos mineiros. Em Pisagua, cerca de 30 presos políticos iniciaram greve de fome em apoio aos trabalhadores das minas.

A resposta de Pinochet foi mais repressão. Decreto de intervenção nas minas pelo exército. Mais de 1400 mineiros de El Teniente foram demitidos. Novas prisões de sindicalistas efetuadas. Toda a direção da Confederação dos Trabalhadores da Construção está encarcerada.

O Comando Nacional dos Trabalhadores e o Conselho Superior de Transportes decidiram, então, convocar a greve geral por tempo indeterminado, a partir do dia 23. Pinochet ampliou ainda mais a onda de prisões, atingindo os presidentes dos principais sindicatos nacionais do país.

PODEROSO GOLPE

O ambiente é de extrema tensão e expectativa. Nem o anúncio apressado da anistia, concedida a 128 exilados políticos, conseguiu dissipar a perspectiva de confronto. Se a greve for vitoriosa, representará um poderoso golpe no regime militar do general Augusto Pinochet.



A resposta de Pinochet as manifestações populares e o aumento da repressão

Tensão e medo sob a ditadura paraguaia

"Dentro da chefatura, um oficial de nome Lucilo Benitez grita 'conte', e golpeia nos rins. Depois, vários golpes na boca do estômago" — Ruben Lisboa. "Despem-me, amarram-me pés e mãos e levam-me à piletá" — Roberto Villalba. Estes depoimentos são de prisioneiros políticos paraguaios. A piletá é um instrumento usado em afogamentos simulados.

As denúncias foram trazidas por um grupo de brasileiros que visitou o Paraguai. Os deputados estaduais de São Paulo Benedito Cintra (PMDB) e Marco Aurélio (PT), os líderes sindicais João

(Bancários de S.Paulo), Luis Antônio Novaes (Jornalista de S. Paulo) e o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Apolinário Rebelo não conseguiram entrevistar-se com o ministro do Interior local. Mas falaram com prisioneiras da ditadura de Stroessner e viram de perto a tirania ali vigente.

O advogado Diego Bertolucci, defensor de presos políticos no Paraguai, teve que foragir-se poucos dias antes da visita dos brasileiros, devido a perseguições policiais. Bertolucci marcou um encontro com a comitiva brasileira.

"Há um clima de medo e tensão muito grande", comenta Benedito Cintra. "Você não consegue fazer um debate com o povo, com sindicatos. Até para uma festa de aniversário precisa autorização da polícia".

Hoje há 56 presos políticos no Paraguai. E continua em vigor a famigerada "Lei em Defesa da Paz e da Liberdade".

Os brasileiros estiveram com dirigentes do "Acordo Nacional" — coligação de quatro partidos oposicionistas, dos quais apenas um é legal, em torno de uma platafor-

Toma fôlego a campanha para fortalecer a TO

Com o apelo da semana passada, houve uma resposta significativa de algumas sucursais para a Campanha Karl Marx. O Maranhão já cumpriu todas as metas e resolveu dobrar a cota de assinaturas, aumentar 50% a cota financeira e 30% a cota de vendas até o próximo dia 20. A Bahia já superou em 273 mil cruzeiros a sua cota financeira e cumpriu a meta de vendas. Está perto de alcançar a meta de assinaturas. A sucursal no centro operário de Camaçari foi a que mais se destacou, já superando todas as metas que assumiu. A vereadora Luiza Maria é a campeã de venda de assinaturas.

Os companheiros de São Paulo fizeram uma avaliação autocrítica da campanha no Estado e se comprometeram a dar uma arrancada firme nesta etapa. Todos os outros Estados se voltam para o desempenho dos tribuneiros paulistas pois aí está o centro da classe operária do país. E existem todas as condições para que a sucursal não desaponte esta esperança. É agarrar a tarefa com firmeza e mobilizar o povo.

Os resultados parciais

Estado	Venda	novas assinaturas	finanças
Maranhão	113%	144	100.000
Bahia	100%	472	1.173.000
Piauí	100%	15	
R.G. Sul	92%	210	124.900
Brasília	80%	15	140.000

Os outros Estados, noticiados no número passado, não tiveram alteração. Faltam dados sobre os demais.

Se o governo confessa que está sem rumo, que "não vai tomar medidas apressadas", a classe operária tem soluções. A Tribuna Operária é o principal instrumento nacional para divulgar as idéias proletárias

e sua saída revolucionária para a crise. É para fortalecer este instrumento que cada trabalhador consciente necessita apoiar a Campanha Karl Marx.

(Rogério Lustosa)

Operação hospital para salvar jornal burguês

Na semana passada foi noticiado que O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil encontram-se em dificuldades financeiras. E logo em seguida foi revelada uma operação hospital para salvar estes dois órgãos da imprensa burguesa.

No caso do Estadão, sete bancos, liderados pelo Itaú, associaram-se para garantir um empréstimo especial à empresa (tecnicamente, compraram um certo número de debêntures). Como a resolução do Banco Central sobre este tipo de transação de socorro não inclui empresas jornalísticas, foi

antes realizada uma manobra, desmembrando o seu capital e passando parte para uma nova empresa, chamada "Gráfica O Estado de São Paulo". Tudo muito certinho.

Nesta operação hospital, a empresa transforma suas dívidas de curto prazo em dívidas de longo prazo. E ainda passa a gozar de taxas de juros abaixo das cobradas normalmente no mercado.

É instrutivo para os trabalhadores esta facilidade de "dar um jeitinho" e socorrer um capitalista em perigo. Nesta hora eles se

entendem. Afinal a burguesia não pode deixar de contar com um porta-voz tradicional como o Estadão, nem com o JB.

No caso da imprensa operária a coisa é um bocado diferente. Não temos crédito para grandes operações bancárias, não temos verbas oficiais para publicidade, e se chegarmos a uma situação como esta dos dois grandes jornais, é mais provável que os capitalistas se apressassem para tratar logo de uma operação necrotério, ou cemitério.

No entanto, para crescer, ampliar as vendas, melhorar a qualidade do jornal, temos a inesgotável solidariedade de milhares e milhares de operários e trabalhadores. Estamos sentindo exatamente agora este apoio com a campanha Karl Marx. E estamos inteiramente confiantes nestes amigos. Cada classe tem os seus instrumentos. Para enfrentar a crise o povo se une e se torna forte. É nesta força que a Tribuna Operária garante a sua vida, desde que apareceu em 1979.

Um jornal que ajuda a mobilizar o povo

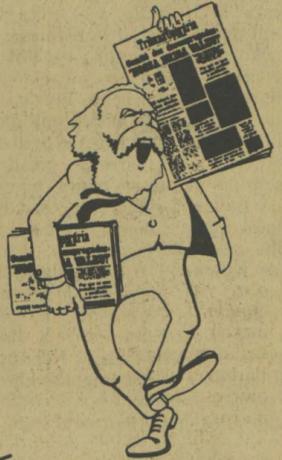
A classe operária necessita de uma imprensa própria que sirva para o enriquecimento da sua teoria, e que a oriente na luta pela libertação e pelo socialismo. A Tribuna Operária cumpre este papel. Todos os trabalhadores, em especial os operários, devem ler e divulgar este jornal.

Euclides Fagundes Neves, Diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia.



A Tribuna Operária é um jornal que vem divulgando muito bem a luta dos trabalhadores, suas campanhas salariais, os combates dos desempregados, dos lavradores. Tem se posicionado contra as medidas erradas do governo e seus pacotões. Tudo isso ajuda a mobilizar e conscientizar os trabalhadores. Eu aconselho a todo mundo assinar e ler a Tribuna Operária.

Pedro Paulo, presidente do Sindicato dos Motoristas de São Paulo.



Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., R. Adoniran Barbosa, 53, (antiga Trav. Brig. Luís Antonio) — Bela Vista — São Paulo, SP — CEP 01318.

Anual de apoio (52 edições) — Cr\$ 7.000,00

Semestral de apoio (26 edições) — Cr\$ 3.500,00

Anual comum (52 edições) — Cr\$ 3.500,00

Semestral comum (26 edições) — Cr\$ 1.750,00

Assinaturas do exterior US\$ 70,00

Nome:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone:

Data:

Profissão:

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Figueiredo aguarda as intruções do Fundo

A missão do Fundo Monetário Internacional viajou para Washington, após mais três horas de reunião com Delfim Netto, Ernane Galvêas e Carlos Langoni. Vai receber orientação da cúpula do FMI e volta no final do mês. Até lá o governo Figueiredo fica paralisado, à espera das ordens do Fundo para embrulhar seus pacotes.

Os senhores Eduardo Wiesner, Horst Struckmeyer e Thomas Reichmann notificarão formalmente em Washington o fracasso da Carta de Intenções Brasil-FMI, de fins do ano passado. O governo não conseguiu cumprí-la. E o FMI segurou os 411 milhões de dólares da segunda fatia do empréstimo prometido — o que, segundo Wiesner, "é parte das regras do jogo".

Enquanto não chegam as orientações de Washington, Figueiredo segura a segunda parte do "pacote da dor". Adia a chamada desindexação, ou falsificação salarial, e o corte nos direitos dos trabalhadores das empresas estatais. Vacila, submetido a pressões de todo lado.

O QUE QUER O FMI

Olavo Setúbal, o banqueiro do Itaú, reclama: "Estamos imobilizados por questões de curto prazo, sem qualquer elemento capaz de fornecer parâmetros mínimos de certeza e segurança para a programação empresarial". Figueiredo responde pela televisão que não vai tomar "medidas apressadas" porque "o barco deve seguir um rumo cuidadoso". Ou seja, só tomará medidas depois de acertar tudo com o FMI, nas negociações onde, segundo um assessor de Delfim, "está sendo decidida a vida do país".



Wiesner e Struckmeyer, que passam as ordens do FMI ao governo brasileiro, e a opinião do povo que se levanta.

A esmagadora maioria dos brasileiros não tolera isso. Os trabalhadores das empresas estatais, com destaque para o Banco do Brasil, mobilizaram-se rapidamente em defesa dos seus direitos. Os sindicatos, entidades democráticas, partidos de oposição, todos condenaram energicamente a "desindexação" dos salários. Mesmo grandes capitalistas como Papa Júnior, da Federação do Comércio de São Paulo criticam o arrocho por medo de uma maior queda no consumo e, portanto, em seus negócios.

Por sua vez o FMI faz novas imposições: exige mais facilidade para os bancos estrangeiros instalarem agências aqui; quer o fim das restrições às remessas de lucros para o exterior; força a abertura da área de mini e microcomputadores ao capital de fora; pretende reduzir o



Banco do Brasil ao papel de mero banco comercial.

O barco do governo, sem rumo, navega ao sabor dessas pressões, sobretudo as do Fundo Monetário. E o descontentamento contamina a política, esfacelando todo o sistema. O PDS racha em várias facções. Acirra-se a disputa sem princípios pela Presidência da República (veja matéria abaixo). O ex-governador Paulo Maluf entra nessa briga liderando o que há de mais corrupto — encabeça a solução mais à direita.

DESCONTROLE NA POLÍTICA

Os partidos opositores foram até agora incapazes de enfrentar esta situação. Os conciliadores de certa forma aproveitam-se do crescimento da candidatura Maluf para reforçar sua proposta de um "candidato de consenso". Com isso amolecem a luta pelas eleições diretas para presidente da República. E os setores mais combativos não encontraram ainda as formas da articulação capaz de quebrar o marasmo. Assim, a enorme insatisfação que se acumula no povo não encontra, hoje, canal de expressão política para empurrar o PMDB e os demais partidos opositores no rumo da luta unitária para pôr fim ao impasse nacional.

Banqueiros dão as cartas

Os banqueiros internacionais resolveram engrossar e mudaram seu esquema de negociação com o Brasil. No método que até agora funcionava, as negociações estavam divididas em quatro grupos, com quatro projetos diferentes. Essa proposta, assinada em dezembro de 1982, ainda representava uma iniciativa do governo brasileiro, mas foi por água abaixo.

O mês de junho está marcando o fracasso desses quatro projetos e o fracasso das metas negociadas com o FMI. Agora os banqueiros criaram um comitê coordenador, com a participação de 42 bancos, dos maiores do mundo, sob a chefia do Citybank.

O novo homem forte da dívida externa brasileira é o Sr. Bill Rhodes, do City, poderoso che-

fão do novo comitê. E já nas suas primeiras atitudes, o comitê deixa claro que todas as iniciativas estão agora na mão dos banqueiros. Figueiredo e sua trinca de tecnocratas ficam quase sem margem de manobra. No dia 27 deve chegar ao Brasil um grupo de auditores a serviço do comitê, para verificar as desacreditadas contas do governo.

O que está em jogo é um plano de "renegociação global", já denunciado pela **Tribuna Operária** há duas edições. Esse plano exige também um "entreguismo global". Na última semana de junho teremos uma dupla invasão em nosso território, a da comissão do FMI que vai prolongar sua estadia e os "auditores" dos banqueiros. Nunca, desde 1822, o país foi tão humilhado.

Maluf sai fortalecido da Convenção do PDS paulista

O general Figueiredo se deu mal na Convenção do PDS paulista domingo passado. A chapa "Municipalista", articulada pelo Palácio do Planalto, não teve sequer 20% dos votos dos convenionais. Quem faturou, na batalha de propinas e tabefes, foi o ambicioso ex-governador Salim Maluf, que agora lançou chapa própria ao Diretório Nacional do PDS.

Os malufistas tiveram 547 votos, contra 133 (19%) dos dissidentes articulados pelo ministro Leitão de Abreu e o deputado Thales Ramalho (PDS-PE). E isso quando o próprio Thales advertia, antes da votação: "Se eles não conseguirem pelo menos 30% dos votos, serão um fracasso".

Se o objetivo de Figueiredo com a chapa "Municipalista" era enfraquecer a candidatura Maluf, foi um caso típico de feitiço que se voltou contra o feiteiro. A manobra

do Planalto terminou mostrando que Maluf tem condições de continuar invicto em matéria de comprar e cabalar votos indiretos, em colégios viciados como são as Convenções do PDS.

Para completar, o ex-governador José Maria Marin, lançado pessoalmente pelo próprio Figueiredo como candidato a presidente regional do PDS, terminou fora da jogada. Renunciou inclusive a seu posto no Diretório Regional do Partido, para fugir de uma desgastante derrota.

Também em outros Estados o malufismo marcou pontos nas convenções do dia 12. Em Minas Gerais o novo presidente do PDS é o deputado Christóvão Chiaradia, malufista confesso. O mesmo se pode dizer dos presidentes dos Diretórios da Paraíba, Ernani Sátiro, e do Ceará, Flávio Marcolino. Em Goiás e no Espírito Santo os seguidores de Maluf conseguiram mais de 20% dos votos, fazendo-se representar na cúpula pedessista.

FORA DE CONTROLE

Logo no dia seguinte às Convenções, o deputado Teodorico Ferraço (PDS-ES) inscrevia em Brasília uma chapa malufista para concorrer ao Diretório Nacional do partido, na Convenção de 10 de julho. É a primeira vez que as divisões no partido situacionista chegam a esse ponto, em 19 anos.

O general Figueiredo, cada dia mais irritado, sente o controle da sucessão presidencial escapar-lhe pelas mãos, se é que alguma vez o teve. Os vários "presidenciáveis" que circulam no Palácio do Planalto, justamente por serem tantos, mostram-se incapazes, até agora, para deter o avanço de Maluf.

Essa briga entre os "presidenciáveis" pode abrir brechas que facilitem a luta por eleições diretas para a Presidência. Mesmo o reacionário jornal **O Estado de S. Paulo**, comentando a Convenção paulista do PDS, advertiu: "Talvez chegue o momento em que a única forma de evitar-se um Maluf presidente será o governo (...) restabelecer as eleições presidenciais diretas (grifo do



Teotônio Vilela, na mesa dos 12 milhões de votos: "Senhores governadores, me perdoem..."

O PMDB e a luta por eleição direta

O seminário do PMDB sobre salário, emprego e eleição direta, no fim de semana passado, em São Paulo, retratou bem os pontos fortes e fracos da legenda hoje. Só os cinco governadores presentes na mesa, no dia da abertura, somavam mais de 12 milhões de votos. Mas apesar dos temas candentes a convocação, fechada, só reuniu 500 pessoas na platéia.

Além dos governadores Franco Montoro (SP), José Richa (PR), Tancredo Neves (MG), Gerson Camata (ES) e Wilson Martins (MS), estavam presentes o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, o líder do partido na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre, o senador Fernando Henrique Cardoso, o ex-senador e vice-presidente do PMDB, Teotônio Vilela, representantes dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais e da UNE. O fato de reunir estas personalidades, num ato político dedicado em primeiro lugar à luta por eleições presidenciais, já é um avanço.

Mesmo assim o governador Tancredo Neves, falando a **Tribuna Operária**, voltou a adotar uma posição dúbia diante da questão. "Tenho feito as declarações mais reiteradas — disse — de que sempre fui o seguidor mais fiel do PMDB e nunca faltei às decisões dos órgãos do partido". Porém após o cravo martelou a ferradura, admitindo sua "solução de consenso, que evidentemente está condicionada ao fracasso das eleições diretas".

CONTRASTE COM GOIÂNIA

A participação no simpósio, acanhada, restrita, espelhou em parte essas indefinições. Ficou a impressão de que, na hora de convocar a opinião pública a debater junto com o PMDB temas tão explosivos como desemprego, salários e eleições diretas para a Presidência, terminou prevalecendo um certo medo do que resultaria de uma grande presença popular.

No entanto dois dias antes, em Goiânia, o PMDB tivera uma demonstração de que a ampla participação de massas só favorece a luta pela eleição direta. Também na capital goiana, a princípio, queria-se lançar a campanha pelas diretas num ato fechado, na Assembléia Legislativa. Depois de algum esforço é que a convocação foi transferida para o auditório mais amplo da Universidade Católica, com 4 mil lugares. A participação de cerca de 10 mil populares, por fim, forçou uma manifestação em praça pública. E Ulysses Guimarães, após o ato, destacava que "nessa campanha não é preciso convencer o povo, já está convencido".

INQUIETAÇÕES NO PMDB

Mesmo no público do simpósio, formado por parlamentares e lideranças peemedebistas, sentiu-se certa inquietação com o ritmo ainda claudicante do PMDB na campanha pela eleição direta. Tanto que os pronunciamentos mais aplaudidos foram o de Clara Araújo, pre-

sidenta da UNE, e sobretudo o de Teotônio Vilela, ouvido de pé, entre aplausos.

"Senhores governadores, me perdoem — disse Vilela — mas eu sabia, desde antes das eleições, que íamos chegar a essa situação, em que a miséria seria igual à porta de todos os palácios". E mais: "Está aí o povo. Vamos para ele! e vamos ver na verdade quem tem razão. Ninguém vai consertar greve, desemprego, salários, pelos métodos tradicionais".

Ao longo do seminário, a maioria das intervenções do plenário reforçou essa visão. Como a da deputada e vice-presidente da CPB, Mirtes Bevilacqua, que propôs "uma campanha de frente, com ampla mobilização", que "saia de dentro do Parlamento e vá para as ruas". Ou a da dra. Sílvia Pimentel, da Executiva do PMDB de São Paulo: "Não podemos administrar a crise, para que o PMDB não seja o que o PDS foi nos últimos anos".

Num novo e inflamado discurso, no encerramento do simpósio, Teotônio Vilela pediu inclusive que se convocasse uma Convenção Extraordinária para o PMDB discutir a grave crise do país e deliberar sobre seu "Projeto Emergência", que inclui a luta pelas eleições diretas.



A manifestação em Goiânia por eleições diretas: não coube

Parlamentares e líderes de bairro apóiam a TO

Continuam as manifestações de apoio à **Tribuna Operária** contra o enquadramento de seus diretores na Lei de Segurança Nacional. Parlamentares, lideranças de bairros, donas de casa, jornalistas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará protestam contra o arbítrio do regime militar e em defesa da imprensa operária.

Sul, na cidade de Caxias do Sul, a presidenta do PMDB local encabeça uma lista de assinaturas em apoio à TO. Seguem-se os nomes de representantes de diversas associações dos moradores de bairro, dentre eles o presidente da União das Associações de Moradores em Caxias do Sul. Vários jornalistas desta cidade serrana gaúcha

manifestaram também a sua solidariedade.

Durante um debate realizado em Fortaleza pela Associação dos Moradores da favela Santos Dumont, dia 9, sobre o Desemprego e a Carestia, foi tirada uma moção de apoio à **Tribuna Operária** e aos seus jornalistas, bem como total repúdio e protesto às ameaças que vêm sofrendo por parte do atual governo.

FAVELADOS APOÍAM TO

Em Belo Horizonte diversos líderes de bairros assinam um abaixo-assinado em que pedem a plena liberdade de imprensa no Brasil, e protestam contra o enquadramento dos diretores da **Tribuna Operária** na iníqua Lei de Segurança Nacional e na Lei de Greve. Francisco Luciano, da Confederação das Associações de Bairro (Conam) e vereador do PMDB de Belo Horizonte, é um dos



Rodoviários gaúchos unidos contra o pelego

"Já é momento do rodoviário tirar do seu Sindicato aqueles que lá estão há nove anos sem defender os interesses da categoria". Esta conclamação é feita por Osvaldo Rodrigues, o Galo, candidato pela chapa 3, Carga Pesada, na reta final das eleições para o Sindicato dos Rodoviários do Rio Grande do Sul, que ocorrem de 27 a 1º de julho.

Com mais de 60 mil trabalhadores, dos quais uns 30 mil sindicalizados e apenas 4 mil em condições de votar nestas eleições sindicais, a categoria dos rodoviários possui grande tradição de luta. Em 1979 ela foi à greve rebelando-se contra o péssimo acordo firmado entre a diretoria do seu Sindicato e as empresas, e conquistou um bom aumento salarial. Só que ele nunca foi respeitado pelos patrões, graças, principalmente, a omissão da diretoria da entidade, formada por elementos das chapas 1 e 2. A atuação dos atuais dirigentes do Sindicato dos Rodoviários vai ao extremo da dedicação. Othello de Oliveira, presidente da entidade, não se cansa de mandar ofícios à polícia entregando os ativistas que defendem os interesses da categoria. Vários trabalhadores já foram demitidos após denunciarem irregularidades das empresas no Sindicato.

Contando com a ajuda da atual direção do Sindicato, os patrões usam e abusam. No dissídio de 1981 o piso da categoria passou para Cr\$ 101 mil, mas esta conquista é sabotada pelos empresários como denun-



"Galo" foi carregado pelos rodoviários no final da vitoriosa greve de 1979

cia Adenir Reis, o Dominique, membro da chapa 3! "As empresas demitem os que têm jornada de oito, dez horas, e contratam outros por seis horas pagando a metade do piso salarial, como ocorre nas empresas Veraneio, Sudeste, Soul, Navegantes". Os 4% de produtividade conquistados no dissídio geralmente não são pagos. Outro membro da chapa Carga Pesada, Mário Mora, revela que "a empresa Cambará paga os 4%, só que o empregado tem que assinar um recibo de Cr\$ 56 mil e recebe apenas Cr\$ 20 mil".

FISCALIZAR AS URNAS

Preocupados com a disposição da categoria de renovar a diretoria do Sindicato, os pelegos estão utilizando de artimanhas para impedir a vi-

tória da chapa 3. Primeiro eles se negaram a conceder os fichários dos sócios e depois forneceram uma lista de votantes incompleta. Por isto, a chapa 3 está convocando os rodoviários para ajudarem na fiscalização das eleições, pois como lembra Sérgio Santos, candidato da Carga Pesada, "no voto eles não ganham, só se for no roubo".

Quanto à chapa 2, que também se diz de oposição, Galo esclarece: "Não adianta vir se dizer oposição nas vésperas das eleições, pois eles sempre estiveram junto com o Othello, não fizeram nada, não têm crédito". Já os membros da chapa 3 sempre estiveram à frente das lutas da categoria, pressionando os patrões e organizando os rodoviários. (da sucursal)



Assembléia dos mutuários gaúchos, em Porto Alegre, dia 19

Mutuários contra aumento semestral

Enquanto os mutuários em suas assembleias têm apoiado a idéia de boicotar os reajustes de 130% nas prestações do BNH e a semestralidade, em Brasília foi formada uma comissão interpartidária para discutir este problema. No dia 20 mutuários paulistas entregaram ao ministro Andreazza, do Interior, documento exigindo mudanças na política habitacional.

Em Minas Gerais a luta dos mutuários deu um grande avanço com a realização da assembleia dia 17, em Belo Horizonte, com cerca de 600 representantes de associações de moradores do BNH da capital e interior. A mais importante decisão da assembleia foi a formação de uma comissão para coordenar a luta no Estado. A primeira proposta apresentada por esta comissão é o não pagamento das prestações no mês de julho.

"O nosso principal objetivo com esta proposta é pressionar a diretoria do BNH para a negociação", argumentou Ronan Araújo, da diretoria da Asmuth Brás.

Em Goiás, na assembleia dos mutuários realizada dia 18, cerca de 80 mutuários decidiram entrar com ação na Justiça contra o aumento de 130 por cento nas pres-

tações dos imóveis adquiridos através do BNH. O economista Goiás do Araguaia, vice-presidente da Associação dos Mutuários de Goiás, falou a respeito da semestralidade das prestações da casa própria: "É uma forma do BNH ganhar mais nas costas do mutuário".

DESCALABRO NO BNH

Os mutuários gaúchos de vários municípios participaram de uma assembleia com cerca de cinco mil pessoas, em Porto Alegre, dia 19, e decidiram não pagar o aumento de 130% decretado pelo BNH. A partir de julho irão depositar em juízo as prestações com um reajuste de acordo com o aumento salarial. O deputado Freitas Nobre (PMDB-SP) já havia defendido esta proposta aprovada pelos gaúchos e esta semana afirmou na Câmara dos Deputados que "O BNH chegou a uma

situação de descalabro só comparável ao rombo da Previdência Social e quer repassar essa situação para os mutuários".

Os mutuários encontram-se numa situação desesperadora e já houve até casos de suicídio. Pacheco Freitas, que participou da assembleia em Porto Alegre afirmou à TO que "a maioria não tem condições de pagar, principalmente eu que sou funcionário público. Tive um aumento de 70% e como vou pagar 130%?".

O líder do PMDB na Câmara Federal Freitas Nobre, informa que a exemplo do que vem fazendo a Ordem dos Advogados do Brasil, seu partido também está oferecendo assessoria jurídica aos mutuários que queiram entrar na justiça contra o extorsivo aumento do BNH. Mas a professora universitária Ilka Bichara, da nova diretoria da Associação dos Mutuários de Sergipe explica que não basta apenas o mandato de segurança: "É necessário também amplas mobilizações de massas", para barrar o aumento.

Protesto dos servidores em greve agita Brasília

O grito de protesto dos servidores federais em greve chegou ao Palácio do Planalto, em Brasília. Na terça-feira cerca de 300 grevistas de sete Estados receberam o general-presidente aos gritos de "negociação, negociação". Como fez até agora, Figueiredo fugiu ao diálogo e protegido pelos seguranças, se escondeu no palácio.

No mesmo dia em que Figueiredo se recusava a ouvir os servidores em frente ao Palácio do Planalto, membros do Comando Nacional de Paralisação dos Servidores, acompanhados por parlamentares do PMDB, PT e PDT, tentavam se encontrar com o ministro Leitão de Abreu. Não foram atendidos, o que levou o deputado Mário Juruna, do PDT, a exclamar: "Tudo picareta. Só recebe o PDS".

Dois dias antes o general Figueiredo havia afirmado na televisão que a greve dos funcionários públicos era "ilegal" e fruto de "uma atitude emocional de alguns funcionários". Em resposta

a esta provocação, os grevistas lançaram uma carta aberta ao povo mostrando a situação da categoria e a insensibilidade do governo às suas reivindicações.

RESPOSTA AO PRESIDENTE

"De 1974 até hoje o nosso salário foi desvalorizado em quase 150% — afirmava o documento. "Somos a única categoria que não recebe reajuste semestral, os servidores estatutários não ganham 13% salário e, além disso, somos proibidos de nos organizar em sindicatos — um direito básico de todo trabalhador".

E mais adiante acrescentava: "Diariamente senhor presidente, todos sabemos que V. Excia. recebe empresários, participa de banquetes e faz viagens, porém nega-se a receber os representantes dos servidores e o seu governo bate a porta na cara, reprime e desrespeita aqueles que trabalham no serviço público". Em janeiro os funcionários públicos receberam um reajuste de 40% e outra parcela de 30% em junho. "Como ficarão

os servidores públicos e suas famílias com esse reajuste real de 64,5% para uma inflação e custo de vida que deve chegar aos 200% e um reajuste de 130% nas prestações do BNH?".

Apesar de toda a combatividade dos servidores públicos, a débil articulação a nível nacional no desencadeamento da greve prejudicou o fortalecimento da greve. São Paulo iniciou o movimento a 18 de maio e só 13 dias depois é que outros Estados começaram a aderir também. Aproveitando-se disso o governo recusou a negociar e pressionou os grevistas até fazê-los voltar ao trabalho em alguns Estados.

A experiência mostra que só uma mobilização nacional conjunta e firme é capaz de quebrar a arrogância do governo. O caso dos servidores das estatais é um exemplo claro a esse respeito (veja matéria na página 8). Apesar do impasse nas negociações, os servidores mostraram a sua garra, havendo paralisações em 14 Estados com cerca de 180 mil grevistas.

está de mudança para o interior de São Paulo e resolveu demitir os operários sem ao menos negociar com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Os trabalhadores afirmam que só deixam o local quando conquistarem o reivindicado: seis meses de salário com indenização e um ano de assistência médica para os demitidos; estabilidade no emprego para o que continuam na firma; e readmissão dos operários que estavam prestes a se aposentar. Nesta luta, além do apoio do Sindicato com diretores demitidos na fábrica, os

metalúrgicos obtiveram a ajuda do secretário do Trabalho, Pazzianotto que marcou duas mesas redondas com os patrões, mas estes não compareceram.

"A firma não agiu corretamente conosco. Tem gente aqui que faltava dois meses para se aposentar. Tem um que estava sendo operado no dia da demissão. E ela tem condições de pagar. Nós trabalhávamos em três turnos fabricando peças que tem mercado. No forno havia dois homens que faziam o trabalho de cinco", denuncia um demitido à Tribuna Operária.

Mais Vale o Que Será vira a mesa do DCE da PUC

Com 1.647 votos, venceu as eleições para a diretoria do Diretório Central dos Estudantes da PUC de São Paulo a chapa Mais Vale o Que Será. Na Universidade Federal de Goiás venceu a chapa Tempo de Unir. Com essas duas vitórias, as chapas apoiadas por Viração somam 17 em 29 eleições para entidades estudantis ocorridas neste semestre.

A chapa vitoriosa teve 109 votos a mais do que a situacionista. Aqui, e Agora a Luta Continua, que reúne diversas tendências ligadas ao PT. Em terceiro lugar ficou a chapa anarquista Heavy Ha Ha Ha. E em último, com apenas 137 votos, ficou a chapa Coração de Mãe, de extrema direita.

Juarez, estudante de jornalismo, presidente da Mais Vale o Que Será acha que a vitória da chapa possibilitará um grande fortalecimento do DCE. "É que nossas propostas — declara o secretário, João — são

concretas e objetivas. Já a antiga diretoria não tinha nada de concreto". Juarez acrescenta: "Fizemos um programa voltado para as preocupações imediatas dos alunos, como o aumento de 55% nas anuidades decretado pelo MEC; maior democracia em todos os departamentos e a reconstrução material do DCE. Exigimos anistia aos devedores, matrícula aos estudantes em débito e abono de matrícula aos que não puderem pagá-la".

"Enquanto isso — firma João — a antiga diretoria se limitava ao dis-

curso de federalização e estatização, sem propor nada de concreto".

O diretor de Esportes também tem planos, como um campeonato de futebol de salão no curso básico. E na Cultura vão começar por exigir a própria Universidade de São Paulo a própria Universidade de São Paulo.

NOVA FORMA DE AGIR

A nova diretoria do DCE foi composta com diversos alunos independentes, como Jânio. "Fechei com essa chapa — disse ele — porque era a única que tinha propostas concretas. Quem liderou a luta pela manutenção do curso básico, por exemplo, foi Viração. Eu, que também não concordava com a separação desses alunos por área, resolvi trabalhar com o pessoal".

Cândido, diretor de Comunicação, era ligado ao PT. "Mas acabei percebendo que a antiga diretoria dizia que estava conosco e nos forçava a votar em todas as suas propostas".

Juarez continua: "As demais correntes políticas tentaram nos isolar. Também começamos a perder as eleições para os diretórios e centros acadêmicos. Vimos então que algo estava errado. Estávamos com uma visão fechada, de grupo". Lucinha, vice-presidente, agrega: "Aí decidimos partir para as salas de aula, saber o que os estudantes queriam. Assim fizemos nosso programa. Vencemos porque compreendemos que a entidade é de todos os alunos".

Esclarecimento: na matéria anterior sobre as vitórias da Viração foram consideradas as chapas apoiadas por Viração.



Da esquerda para a direita: João, Juarez, Jânio, Dida, Lucinha e Cândido

Canavieiros de Itapuranga obtêm vitórias na greve

Encerrou-se, no dia 21, a greve dos canavieiros de Itapuranga, em Goiás, que prolongou-se por oito dias. O movimento teve a adesão de 600 canavieiros, cerca de 75% da categoria. E terminou com a conquista das reivindicações dos grevistas. A Pite S.A., que emprega a maioria dos trabalhadores, comprometeu-se a pagar um piso de 25 cruzeiros para o metro de cana cortada e escalonar o preço até 45 cruzeiros de acordo com a qualidade da cana, além de garantir assinatura da Carteira de Trabalho, do comprovante de medição dos metros cortados por dia e da proibição de demissão dos grevistas.

No dia 19 cerca de 500 canavieiros em assembleia decidiram continuar o movimento diante da intransigência da Pite, que ameaçou reprimir o movimento e contratar trabalhadores de outros municípios para substituir os que estavam em greve. A adesão ao movimento cresceu e a usina recusou. Recusou-se no entanto a assinar o acordo devido aos preços e



No decorrer da assembleia os canavieiros decidiram engrossar a greve

do não poder demitir os grevistas. Os canavieiros receberam solidariedade do deputado estadual do PMDB Ronaldo Jayme, dos vereadores Adalberto Monteiro, de Goiás, Evandro Lins Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Itapuranga. No decorrer do movimento e em particular na assembleia os contadores de cana denunciaram suas precárias condições de trabalho e irregularidades da Pite. (da sucursal)

Operários paulistas ocupam fábrica

Desde a manhã do último dia 20 a fábrica Aços Paulista, no bairro paulistano do Ipiranga, encontra-se ocupada pelos metalúrgicos que almoçam, jantam, dormem e fazem assembleias no seu interior. A ocupação é em represália à dispensa ocorrida no dia 17 da quase totalidade dos operários, cerca de 250. Por enquanto a empresa apenas mantém os trabalhadores em escritório e na manutenção.

A firma, que é de propriedade do poderoso grupo multinacional Allis-Chalmers (que também possui

Nossas greves gerais

1962

Pela primeira vez uma greve geral nacional

Até 1962, nosso movimento operário tinha experiências de greves gerais localizadas (em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Belém do Pará, e outras) ou de greves nacionais de categorias como a dos marítimos. Mas nunca viera uma greve geral nacional.

Foi no dia 5 de julho de 1962 que realizou-se, "pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma greve geral em todo o território nacional", tornando aquela "uma data histórica do proletariado brasileiro" — como afirmava um manifesto do *Comando Geral de Greve*, datado daquele mesmo dia.

Aderiram à greve trabalhadores de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Campina Grande, Vitória, Belo Horizonte e Contagem, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Santos, Cubatão, Paranaguá, Itajaí, Crisiúma e outras cidades. Marítimos, portuários, estivadores, aeroviários e ferroviários pararam em todo o país. No Rio Grande do Sul, o *Comando* recusou um apelo do governador Brizola para que a greve fosse "simbólica"; embora atrasada de 24 horas, a paralisação foi total.

Além da amplitude nacional, a greve de 1962 foi também um passo adiante por seu caráter político. Discutia-se na época a formação de um novo ministério do presidente João Goulart. Jango, ao mesmo tempo em que falava em apoiar-se nos trabalhadores e em reformas de base, tendia ao entendimento com a reação, que já preparava o golpe militar.

O movimento sindical foi então à greve com suas bandeiras próprias, independentes, desde à "luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia" até o "desmascaramento da política financeira do FMI"; da "reforma agrária radical" à "aprovação do 13º mês de salário". O protesto não impediu, é claro, que Goulart continuasse a vacilar e conciliar com a reação. Mas fez ver a todos que os trabalhadores estavam presentes na arena política — e sabiam o que queriam.

Nos subúrbios proletários da Baixada Fluminense, o 5 de julho de 1962 assumiu a forma de greve geral de massas e de verdadeira explosão popular. Grandes multidões tomaram conta de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis. Saquearam armazéns e enfrentaram a polícia em verdadeiras batalhas campais. O próprio Exército interveio contra o povo rebelado, pondo na rua o 3º Batalhão de Carros de Combate e dois pelotões de Infantaria. A repressão deixou um saldo de 20 a 50 populares mortos.

A greve geral foi a responsável direta pela conquista do 13º salário, sancionado logo depois. Em agosto do mesmo ano, o 4º Encontro Nacional Sindical, com 4 mil delegados, formava o *Comando Geral dos Trabalhadores, CGT*. Em setembro, estourava outra greve geral nacional, de três dias.

A polícia reprimiu com violência a greve de 1953 (foto ao lado). Os saques aos mercados de Caxias (RJ), em 1962 - foto abaixo

1917

Barricadas operárias na Moóca e no Brás

"As guerras em que a polícia é lançada são guerras inglórias, são as guerras contra trabalhadores grevistas. Que coragem pode haver em cortar e espancar homens desarmados, mulheres, moças e crianças?"

Os autores destas palavras, operários de São Paulo, velavam o corpo agonizante de um jovem de 22 anos. Operário sapateiro, José Martinez fora abatido a tiros por uma guarnição de cavalaria, durante um piquete na porta da Fábrica Mariangela, no Brás, em 9 de julho de 1917. Mais de 10 mil trabalhadores compareceram ao seu enterro. E nos dias seguintes a greve geral se alastraria por 70 mil operários, parando a cidade.

A luta, porém, começara um mês antes e numa única fábrica — o Cotonifício Crespi, parada desde 10 de junho, por aumento salarial de 25%. De passeata em passeata, sempre em luta com a polícia, o movimento foi se espalhando, fábrica por fábrica. Mas depois o assassinato de Martinez a paciência dos operários acabou. O número de grevistas em São Paulo subiu para mais de 70 mil — a maioria da classe na época.

Os bairros industriais do Brás e da Moóca encheram-se de barricadas naqueles dias. Combatia-se as balas e os sabres da polícia com pedras e bombas de fabricação caseira. Apesar dos vários mortos e feridos, a rebelião operária chegou a tomar conta de boa parte da capital paulista e alastrou-se pelo interior. O governo e os patrões, empurrados para a defensiva, têm que negociar. Um grupo de jornalistas serve de intermediário. E a 15 de julho sai o acordo: aumento de 20%; não dispensa dos grevistas; medidas contra a carestia.

No comando da greve estava o *Comitê de Defesa Proletária*, formado por líderes anarquistas. Batalhador, cheio de sentimento de classe, ele sofria no entanto de forte miopia política. Dominava na época a idéia de que política é coisa de burguês, e aos operários cabia apenas travar as lutas econômicas. Devido a isso, a vitória da Grande Greve de 17 pouco serviu em termos de acumular forças para os trabalhadores. Somente meses mais tarde, quando chegaram ao Brasil os ecos da Revolução Bolchevique na Rússia, essa visão limitada começaria a perder terreno.



1953

Tijoladas e sombrinhas contra os cavalários

São 60 mil operários em assembleia no Hipódromo da Moóca: têxteis, metalúrgicos, ferroviários, gráficos, motoristas. Representam quase meio milhão de grevistas em São Paulo. A paralisação, puxada pelos têxteis, já dura 27 dias.

A assembleia começa com uma notícia que levanta a multidão: o governo e os patrões cederam — caso raro — a todas as reivindicações econômicas da greve. Haverá aumento salarial de 32%; para os gráficos, 70%; e garantia contra demissões. É a vitória. Mas os oradores têm mais o que dizer: se as reivindicações foram alcançadas, diversos trabalhadores continuam presos na *Ordem Política e Social*. O governo tenta isolar a direção da luta, para golpeá-la. Será justo voltar ao trabalho, com os companheiros na cadeia? A proposta é continuar a greve.

Naqueles 60 mil rostos há a

marca da tensão, da fadiga, da fome até. Mas há também a consciência de que, acima da própria luta salarial, está a solidariedade operária. A continuação da greve é aclamada. A decisão é: "Só voltaremos ao trabalho com nossos companheiros em liberdade".

A multidão sai em passeata pelas ruas da Moóca quando a cavalaria ataca. Os grevistas enfrentam a polícia. Uma nordestina, operária da fábrica de brinquedos Estrela, derruba um cavalarião com certeira tijolada no peito.

A autodefesa operária é uma das mareas da greve de 53 em São Paulo. A polícia, violenta, prendeu mais de 2 mil trabalhadores. Espancava às centenas. Mas levava o troco. Quando uma passeata de 3 mil ferroviários da Sorocabana foi atacada, na via férrea, nove policiais saíram feridos. Nas manifestações, os cartazes eram sustentados por grossos porretes e até as sombrinhas femininas serviam de arma.

Menos de 48 horas após a assembleia dos 60 mil, o governo libertou seus prisioneiros e os trabalhadores puderam comemorar a vitória em toda linha. Como saldo, além do ganho salarial, ficou o *Pacto de Unidade e Ação*. Lançado pelas entidades que encabeçaram a greve, o PUA logo reuniu a maioria do movimento operário numa estrutura independente do controle governista. Já a diretoria do Sindicato dos Vidreiros, contrária à paralisação, teve um destino pouco honroso: os operários vidreiros invadiram a sede da entidade, destituíram sumariamente os diretores acovardados e escolheram em assembleia uma nova direção.

Metalúrgicos da Bahia em greve na Equipetrol

Os metalúrgicos da Equipetrol, na Bahia, deflagraram uma greve no último dia 16 contra a ameaça de mais de 500 demissões. A empresa alega falta de encomendas, mas o Sindicato dos Metalúrgicos rebate afirmando que a firma quer reduzir suas despesas para aumentar o lucro, demitindo os operários. A reivindicação dos grevistas é a de estabilidade de um ano.

A paralisação envolve 1.320 metalúrgicos da fábrica no centro industrial de Aratú e 1.400 no estaleiro. Todos pararam e a greve é mantida com concentrações e piquetes dos grevistas na frente das duas fábricas. A multinacional norte-americana Armco, proprietária da Equipetrol, tem se mostrado totalmente intransigente. Depois da paralisação não aceitou negociar com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, procurando enfraquecer o movimento paralista. Esta proposta não foi aceita pelos grevistas que aprovaram uma comissão de três diretores da entidade sindical e três operários da empresa para negociar.

Os patrões tiveram que engolir a comissão, mas colocaram a exigência da retirada do piquete. Em contrapartida os metalúrgicos exigiram o fim do policiamento ostensivo na área. Feito o acerto, no outro dia os grevistas foram traídos, pois a Tropa de Choque da

PM não se retirou e no dia 20 investiu covardemente, jogando bombas de gás lacrimogênio e ferindo trabalhadores com cassetas. Um grevista agredido comentou revoltado: "Nós estamos sendo demitidos e a polícia vem proteger o patrão multinacional, metendo bomba nos trabalhadores brasileiros".

CAMPANHA SALARIAL

A *Tribuna Operária* entrevistou Renildo Souza, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, que tem estado a frente da luta. Para ele a paralisação tem um grande significado. É uma das primeiras grandes greves realizadas na Bahia depois do golpe militar de 1964 e atinge duas fábricas de grande porte, de produção de equipamentos sofisticados e modernos, como plataformas de perfuração e exploração de petróleo.

Renildo ressalta também que a paralisação foi deflagrada em meio à campanha salarial da categoria, influenciando desta maneira de forma decisiva para a ampliação e radicalização da luta dos metalúrgicos: "Hoje a discussão é sobre qual a próxima fábrica que vai parar, porque só com a luta decidida, com greve, conquistaremos a estabilidade no emprego. Afinal os dirigentes patronais já nos afirmaram que a estabilidade é um sonho". José Costa, presidente do Sindicato, completa: "Só a mobilização dos operários dará uma resposta a altura aos patrões".

A luta contra o desemprego

Os últimos meses têm indicado um acentuado aumento no número de desempregados. Fenômeno que se alastra por todo o país este é mais um indicador das dificuldades que o Brasil enfrenta. Já tivemos outras situações de desemprego em grande escala, como em 1929, cuja causa básica foi a crise agrária.

Hoje, ao lado do sub-emprego e do desemprego estrutural, enfrentamos a primeira crise de desemprego decorrente de uma crise industrial. Vão para rua operários industriais, com razoável grau de experiência, certo nível cultural e político.

Isto tem consequências políticas e sociais, tais como: maior capacidade de resistência às dispensas, como demonstram as últimas greves contra demissões; alta concentração de desempregados nas zonas industriais, facilitando sua luta e organização; maior nível de consciência, o que direciona a luta contra a política econômica do governo federal.

O fato de ser a primeira crise deste porte em nosso país deixa perplexo o movimento sindical e o próprio movimento operário, que num primeiro momento vacila em assumir com todo vigor a luta contra as demissões. Acontece que o desemprego é real e não uma mera manobra dos patrões objetivando maiores vantagens do governo, e assim precisa ser encarado.



A luta dos desempregados é também dos que continuam empregados. A crise econômica que determina a dispensa dos operários de uma fábrica, amanhã determina a demissão em outras. Essa questão deve ser bem compreendida, pois para se obter êxito é necessário a unidade de ferro entre empregados e desempregados.

Por sua complexidade e amplitude, a luta contra o desemprego exige também a solidariedade ativa de toda a sociedade. Exige uma ampla campanha nacional que, ao mesmo tempo em que reivindica medidas imediatas (salário-desemprego, redução da jornada de trabalho, etc), volta seu gume contra a política econômica do governo entreguista e concentrador de renda.

A realização de encontros estaduais de luta contra o desemprego que culminem numa grande concentração nacional de repúdio à política econômica do governo, ao controle do país pelo FMI, seria sem dúvida uma importante iniciativa capaz de mobilizar a opinião pública e abrir caminhos para superação de tão grave situação. A sua frente deveriam estar o movimento sindical, o movimento dos desempregados e todos os setores sociais contrários ao atual desgoverno no país.

(R. Freitas)

Conclat será em São Paulo

A última reunião da Comissão Nacional Pró-CUT, realizada no dia 15 em Brasília, definiu: o Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), de 25 a 28 de agosto, será feito em São Paulo. Mesmo com os membros da Pró-CUT paulista apresentando ofício do Secretário do Trabalho do Governo Montoro, cedendo o Ginásio do Ibirapuera, os anfiteatros da USP, alojamentos, refeições ônibus para transportar os congressistas, alguns sindicalistas inexplicavelmente ainda chegaram a defender a transferência do Conclat para o Rio de

Janeiro. Se aprovada esta posição enfraqueceria politicamente a importância do evento, deslocando-o do centro da luta operária que é a capital paulista.

Definido o local, ultimam-se os preparativos do encontro que, ao que tudo indica, terá maior representatividade e participação do que a Conferência da Praia Grande em 1981. O Congresso Estadual dos Metalúrgicos de São Paulo aprovou, quarta-feira, a participação de todos os Sindicatos e da Federação no Enclat paulista e no Conclat.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Mulheres rejeitam o projeto Pró-Família

Indignadas, tomamos conhecimento, através de revista semanal, que o Fundo Monetário Internacional ordenou ao Brasil, entre outras condições, a redução do crescimento populacional.

Consideramos completamente inaceitável, e absolutamente vergonhosa a ação desses banqueiros internacionais que, depois de impor uma política de fome para nosso povo, procuram impedir os brasileiros de nascer, tentam invadir nossos lares, querem mandar no nosso corpo.

Nós mulheres, participantes dos movimentos femininos, sempre fomos contra qualquer política imposta de controle da natalidade. Somos donas de nosso corpo e sabemos bem quantos filhos queremos ter.

Exigimos, sim, que o governo tenha uma política de apoio à maternidade, que inclua também orientação e recursos para o planejamento familiar, ficando este a critério do casal.

Queremos deixar público, nesta oportunidade, nosso protesto contra o pronunciamento do Senador Roberto Campos, do PDS, que teve a coragem de levantar o velho e desgastado tema do controle oficial da natalidade, numa hora de tão graves problemas.

O que queremos é pão para nossos filhos, emprego para nossos companheiros, independência e liberdade para nosso país.

Os senhores do FMI e seus seguidores que deixem a nós mu-



lheres e a nosso povo em paz. lar da Mulher - Belo Horizonte, (Comissão Pró-Movimento Popu- Minas Gerais)

Químico morre em acidente por excesso de trabalho

O grupo Edison Queiroz detém o monopólio de fabricação e distribuição de gás butano desde Sergipe ao Amazonas graças ao apoio dos generais e à brutal exploração que exerce sobre os milhares de operários que trabalham para este ganancioso grupo.

Uma das empresas deste grupo, a Esmaltec, submete os operários a uma brutal e estafante jornada de trabalho de 15 horas, com apenas uma hora de almoço, desrespeitando todas as leis trabalhistas e os acordos salariais firmados entre os sindicatos dos metalúrgicos e o dos patrões. Esta brutal exploração é causadora de constantes acidentes nesta fábrica. A longa jornada de trabalho leva o operário a perder a sensibilidade e ser vítima de acidentes. No dia 26 de maio um operário caiu num tanque de ácido muriático. Foi retirado rapidamente. Mas seu corpo estava em carne viva e as roupas e sapatos ficaram no tanque. O jovem operário resistiu poucos dias apenas, acabando por falecer.

O jornal Diário do Nordeste, de propriedade deste mesmo



grupo, não registrou uma linha, como aliás não relata nenhum acidente nas empresas do grupo. (Rubens - Fortaleza, CE)

Operária demitida denuncia discriminação na Autometal

Sou mais uma operária desempregada, demitida há uma semana da metalúrgica Autometal em Diadema. Sem motivo claro, os patrões acham que têm o direito de colocar a gente na rua, com o apoio deste regime militar que temos aí há vinte anos.

Não dá para agüentar tanta injustiça social neste país. Nós, operários, que construímos toda a riqueza da nação, somos tratados como objetos: se usa quando quer e joga-se fora quando não interessa ou quando comodamos o governo e os patrões.

Na Autometal não há a mínima segurança. Há insalubridade. Os salários são miseráveis. Os operários de vários setores, como

o banho de ácido, trabalham num verdadeiro inferno, sem máscara, respirando a fumaça de soda cáustica e de ácido; os companheiros do polimento cheiram pó o tempo todo e ainda são obrigados a trabalhar com papelão amarrado na perna para agüentar as lixas; na pintura, o cheiro de tinta é insuportável.

A perseguição é grande por parte dos chefes e encarregados, que não passam de instrumentos nas mãos dos patrões. Existe uma verdadeira ditadura fascista dentro da Autometal, imposta pelos patrões alemães exploradores. O Fritz, gerente de produção, demite companheiros por qualquer motivo. Persegue as

operárias grávidas. Os guardas trabalham 12 horas e têm que dar guarda na casa dos patrões 24 horas por dia, sem sequer receber almoço.

Fui demitida sem motivo. Porém, não desisto. Sei que esta realidade é de muitas fábricas. Sei que nós, operários, somos explorados enquanto classe. Que nós, mulheres sofremos exploração mais acirrada e muitas humilhações. Mas sem luta nada se consegue. Homens e mulheres, empregados e desempregados, a classe operária, todos precisam lutar pelo fim deste governo militar dos patrões e generais. (Uma ex-operária da Autometal-Diadema, São Paulo)

Na Móveis Lafer mulher não pode ter filho

A empresa de Móveis Lafer dispensou a maioria dos seus empregados e agora está obrigando seus funcionários a fazer hora-extra. Inclusive as mulheres, que trabalham no setor de costura, estão sendo ameaçadas de desemprego se não fizeram hora extra.

mesmo em seu horário de almoço pois têm medo de serem dispensadas. O encarregado geral de produção, Dilson José da Silva, falou para as funcionárias que se elas não fizessem hora-extra ele seria obrigado a dispensar mais funcionários.

O problema é que eles reduzem quase a metade dos empre-

gados da firma e agora estão querendo que o restante dê a mesma produção que a empresa alcançava antes. E isso não é possível. Mas enquanto eu faço hora extra para receber 20% a mais no meu salário, tem alguns companheiros precisando desses 20% para comprar o leite das crianças. Por (Operário da Lafer-São Paulo, SP)

Castanheiras são ameaçadas de demissão

As condições de trabalho das castanheiras da fábrica Iracema, no bairro do Pirambu, em Fortaleza, são péssimas e não diferem muito do restante das fábricas existentes no município.

irritação na vista, etc., além de necessitarem de fichas para ir ao banheiro e beber água.

Para agravar as condições de trabalho existentes, as operárias são obrigadas a fazer hora-extra. Na semana passada, duas castanheiras foram despedidas por não aceitarem esta imposição. Uma

foi colocada prá fora na hora que não aceitou, a outra entrou de férias e só receberá o salário na volta, contrariando, inclusive, as determinações da CLT.

Nesta fábrica não existe sábado, domingo ou feriado, dependendo da determinação dos donos. (Uma amiga leitora da TO - Fortaleza, Ceará)

Rodoviários goianos podem entrar em greve

No último dia 11 de junho, cerca de 250 trabalhadores em transportes rodoviários de Goiânia, realizaram na sede de seu sindicato uma importante assembléia. Decidiram paralisar os trabalhos em agosto, caso os patrões não aceitem a equiparação salarial. Na viação HP, por exemplo, existem 2 salários para os motoristas e cobradores, com uma diferença de 10 a 11 mil cruzeiros.

ta na papeleta e dar para o motorista o uniforme, já que ela exige.

Os trabalhadores fizeram várias denúncias. Na Viação Jussara os salários estão atrasados três meses, e na Aragarina dois meses. E olha que a Jussara corta até 3 dias de salário para quem falta ao serviço.

Quando ao horário de serviço a situação é dura. Os motoristas e cobradores têm que estar na empresa às 4:40 da manhã. Mas o horário de serviço só é anotado duas horas depois quando o carro sai.

nunciou que a empresa não está cumprindo as folgas semanais e não dá descanso a seus funcionários. Como não existe alojamento, os motoristas dormem dentro dos ônibus, pois estes deixam de circular de madrugada e não os levam para casa.

Temendo a mobilização dos seus empregados, os patrões da viação Parauna, sabendo da assembléia geral da categoria, convocaram uma reunião com os motoristas e cobradores no mesmo horário da assembléia. Apesar disso houve bom comparecimento e muita disposição de lutar por seus direitos. (J.C.S., motorista - Goiânia - GO).

Funcionário é demitido por divulgar a Tribuna

Escrevo para este combativo jornal que representa os anseios da grande maioria do povo brasileiro para denunciar a minha demissão da Empresa de Transportes Progresso. Isso ocorreu somente porque eu chamei a atenção de meus colegas de trabalho para as manifestações dos desempregados de São Paulo. Utilizei a TO, a qual abri dentro de um ônibus, e chamei alguns colegas para mostrar as fotos trazidas na 1ª página e também alertando para a crise de desemprego.



Também chamei a atenção dos companheiros de trabalho quando do quebra-quebra de ônibus ocorrido em São Paulo, como também da organização dos trabalhadores nas empresas de transportes coletivos pelo Brasil afora. Quando o patrão soube que eu havia mostrado os exemplos de luta dos trabalhadores de São Paulo e conclamei os colegas a lutar contra a exploração dos capitalistas, de pronto mandou preparar minhas contas.

E agora, a exemplo dos desempregados de São Paulo, estou preocupado com índice de desemprego também em Sergipe, mais precisamente em Aracaju, onde está o maior número de assalariados. Por isso mesmo conclamo os sergipianos, principalmente os trabalhadores, a começar a luta contra essa praga que foi jogada para todos nós. (J.G. - Maruim, Sergipe)

Empresas de Mogi não cumprem acordo

Estou escrevendo para a Tribuna Operária para alertar os companheiros da região de Mogi, principalmente do setor metalúrgico. Sei que este jornal é muito lido pelos operários, por isso muitas palavras contra-rio.

Companheiro trabalhador, é uma vergonha que metalúrgicos como nós sejam explorados nas indústrias. Vitor Ciola, Marcato e muitas outras, enquanto o Sindicato nada faz.

Muitas destas indústrias não pagam o piso salarial da categoria, que é de 55 mil cruzeiros

e pagam somente o salário mínimo. Horas extras são pagas com 20% de aumento e até mesmo como hora normal, não respeitando o acordo entre o Sindicato e a Fiesp, que estipulou 35% de segunda a sexta-feira e 50% no sábado, e as horas que excederem o número de 30 por mês serão pagas a 50%. Companheiros, tenham medo! Se a coisa continuar assim os patrões vão diminuir todos nós e vão pagar o que bem entenderem. Aqui também é preciso mudar. (um operário de Mogi-São Paulo)

A greve no Hospital Menino Jesus valeu!

Após dez dias de greve, os funcionários do Hospital Menino Jesus decidiram por aclamação o retorno ao trabalho, a volta organizada aos locais de trabalho e a discussão das formas de continuidade da luta, com a aprovação da ida massiva dos funcionários à assembléia estadual do dia 25 de junho para

O que mais se destacou neste período foi a condução dada à greve. "Foi uma greve de qualidade, diferente das que temos visto por aí", como afirmou o Dr. Sérgio Greco, funcionário do Hospital. Segundo ele a greve contribuiu para a elevação da consciência política dos funcionários porque nas reuniões havidas chegaram a discutir questões que estão na base dos problemas do país; e num plano mais imediato, a organização dos trabalhadores para defenderem seus direitos, quando se realizou um debate sobre a criação da CUT. Fruto do salto de qualidade na consciência dos funcionários, na assembléia de 14 de junho, entendendo o quadro geral da greve, o seu enfraquecimento, os funcionários optaram por preservar o nível de organização alcançado.

Um exemplo deste grau de amadurecimento político é o documento aprovado por unanimidade na assembléia que encerrou a greve. Ele começa afirmando... "Gostaríamos de deixar claro nosso repúdio à política anti-popular e anti-nacional do governo Figueiredo e seus prepostos, que cada dia mais torna insurpotável a vida dos brasileiros e submete nosso país às imposições das grandes potências, particularmente os Estados Unidos". Mais adiante, o documento reconhece que o corrupto governo Maluf-Reinaldo esvaziou os cofres, mas que as medidas de emergência poderiam ser tomadas pelo atual governo e pedem mais consideração ao funcionalismo. Um movimento, admite-se como vitória, a formação de comissão paritária, a reabertura de negociações e o saldo organizativo e político da greve. (Um amigo da TO - São Paulo)

Logo for 'Fundo de Documentação e Memória da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Indústria - CNI' with a stylized 'CNI' logo and text in Portuguese.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O esforço para unir a classe

A classe operária tem objetivamente, por sua situação de vida e trabalho, interesses unitários. Mas para que as massas proletárias tomem consciência de seus interesses e lutem unidas para conquistá-los, saibam afastar de suas fileiras as influências burguesas e pequeno-burguesas, é decisiva a atividade de vanguarda de seu partido comunista.

RAIZ NAS MASSAS

Os operários conscientes organizam-se principalmente nas fábricas, centros nervosos da luta de classes, onde a burguesia e o proletariado chocam-se diretamente. Dão também grande importância à atividade consciente nos locais de moradia. Nas grandes cidades, por exemplo, os cinturões proletários das periferias acumulam imenso potencial revolucionário. Estas organizações de base nas empresas e também nos bairros, são as raízes fundamentais dos partidos marxistas-leninistas entre a classe operária. E elementos essenciais para unir a classe.

Mas para mobilizar e unificar as amplas massas, os operários conscientes procuram estar presentes nos sindicatos e outras organizações dos trabalhadores, inclusive nas suas diretorias. A presença nestas entidades permite a ligação não só com as parcelas mais esclarecidas, já engajadas na luta política, mas com o conjunto da classe, e com os trabalhadores que só se mobilizam por problemas imediatos e reivindicatórios.

Os partidos reformistas não estão interessados em conduzir a luta de classes. Procuram amenizá-la desviando o seu curso apenas para a conquista de reformas. Em vez de se apoiarem nos centros vitais da luta de classes, voltam a sua atividade principalmente para o trabalho 'indicial de cúpula e para o parlamento e colocam a luta econômica como a questão chave para a classe operária. As frações sindicais e parlamentares passam a dirigir todo o seu esforço partidário.

A FRENTE ÚNICA

Mas a vanguarda marxista-leninista não restringe o seu campo de ação à classe operária. Para fazer a revolução o proletariado tem necessariamente de conquistar aliados — particularmente entre os camponeses e a pequena burguesia urbana. Aí também o partido comunista traz para as fileiras os elementos mais combativos e mais avançados. Desta forma criam melhores condições para a direção da classe operária sobre uma ampla frente única com as massas populares.

Também neste terreno o partido marxista-leninista e distingüe dos grupos reformistas e pequeno-burgueses. Estes procuram estender sua influência nas fileiras proletárias, mas não é casual que voltem as suas atenções para as associações profissionais, entre as camadas de trabalhadores não operários. E procuram fazer delas instrumento para influir no movimento sindical, aproveitando-se das atividades que congregam operários e trabalhadores de outras classes, como a Conclat, as intersindicais, etc.

COMPOSIÇÃO OPERÁRIA

Dentro das próprias organizações reformistas e pequeno burguesas, mesmo que tentem se passar como partidos operários, a tendência é que os parlamentares, os intelectuais burgueses e os dirigentes sindicalistas dominem cada vez mais os postos de direção. A composição operária, embora não seja um critério absoluto, é uma garantia importante para que os partidos (e as suas direções) marxistas-leninistas assegurem os seus vínculos e a sua fidelidade ao proletariado.

Aperreado

"Esse negócio da Mãe Preta ser leiteira/Já encheu sua mamadeira/Vá mamar noutra lugar." São versos dum pagode que perambula no boca-boca do dia-a-dia do povo baiano, que cata a vida de todas as maneiras que se tem pra catar. Nos brejões, becos, estradas, tabuleiros, ladeiras, ruas, praças, avenidas e picadeiros de lá e de cá - 'Sul-Maravilha' - Os baianos do interior, quando não migram, se botam a vender sua força de trabalho no cabo da enxada nas roças dos 'ratos' ou grileiros que abundam por lá e pelos Brasis. Um outro bando esmola de manhã pra comer de tarde. É o batalhão de crianças no interior e na capital que vende castanha de caju, laranja, amendoim cozido/torrado, jaca, limão, milho assado/cozido, umbú, picolé, geladinho, biju e tapioca pelas ruas e beira de estradas. Pulam mata-burros, pontes, riachos e viadutos na busca d'algumas migalhas para sobreviverem no engodo que é a chamada Boa Terra.

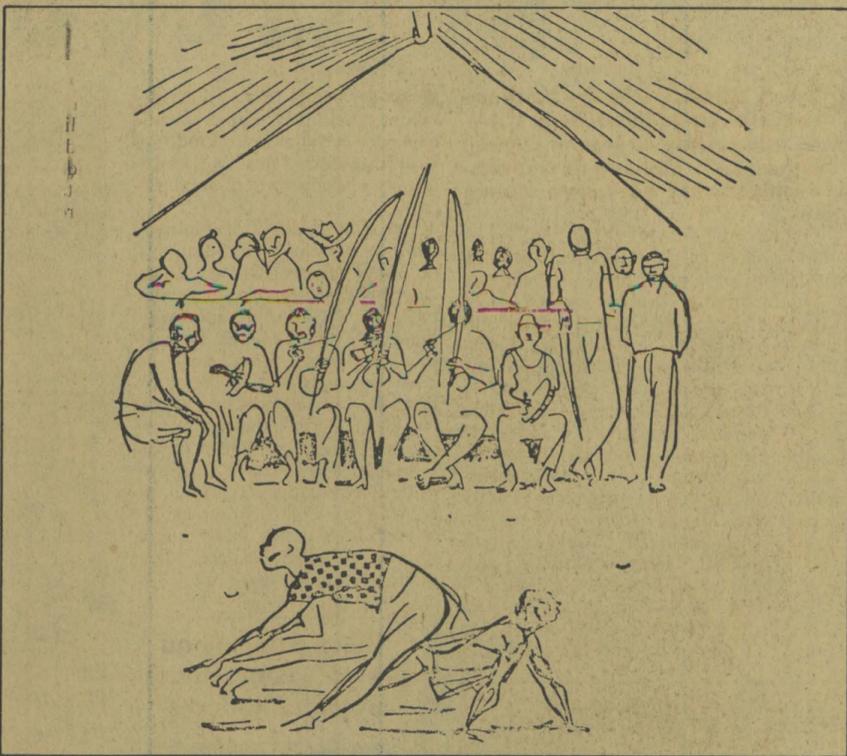
Mocinhas são entregues/vendidas pelo pais aos caminhoneiros - 'os que transportam as riquezas do Brasil' - na tentativa de sanar seus sofrimentos e os das próprias vítimas que após serem usadas são abandonadas num vilarejo qualquer; numa distância de quatro/seis quilômetros do seu lugar de origem. Por aí, começam a perambular de brega em brega — zona de prostituição —, com a esperança de que vão ganhar uns trocados e poder voltar para saziar a fome dos que ficaram em casa. Indefesas mulheres, pobres criaturas que foram despejadas pra labutarem na escarradeira do mundo, que vivem nos povoados do encostamento da BR-101, nos cortiços do Pelourinho e redondezas decorando e embelezando a paisagem da dita Boa Terra. Elas não saem nos cartões postais que as safadas 'ortoridades' fazem pra engabelar turistas. Sem dúvida que são essas valentes mulheres, que morrem fazendo caridade aos "necessitados", as responsáveis verdadeiras pela miséria: que os segregacionistas mandões da Bahia/Brasil exibem pro mundo como obra da democracia racial brasileira. As valentes mulheres parem crianças negras, brancas — da Bahia —, mulatas e sararás miolos a granel. Que por não terem opção duma vida digna, dali a 11/13 anos, essas crianças irão substituir suas mães no trabalho que é o de exercitarem a prática sexual dos perversos patrões.

As valentes mulheres parem crianças negras, brancas, mulatas a granel



A burguesia empresarial gerencial que comanda a sociedade baiana, é por demais preconceituosa. E quem empurra as inocentes caridosas pro ócio do mundo. Encurrala e depois amarra as labutadoras mulheres num beco sem saída. Seus filhos pululam as cidadezinhas do interior e invadem a Província Fofoqueira — Salvador. Esses bacuris precisam urgentemente saziar que tão sem comida, sem moradia, sem escola, sem trabalho e sem saúde. E assumirem duma vez por todas a condição de que são párias. O trombadinha é um profissional como outro qualquer nas Metrópoles Fofoqueiras do Sul — Rio de Janeiro e São Paulo. Como os cariocas e paulistas, os baianos têm que lidar com

"Vá mamar noutra lugar"



Ilustrações Carybé-Arquivo

suas neçaças e piques de inteligência no diapasão da realidade dura de aço que os cerea.

O povo da Bahia, parece que começou a não acreditar mais no lero Boa Terra, percebeu que essa foi uma das baleias que lhe foi introduzida pelos exploradores. Saltou de banda e não mais segurou essa estória que só serve pra convencer otários que dormem com fome e acordam sorrindo. Esse papo não cola mais no estômago, no peito e nem na cabeça dos oprimidos. Durante anos a Bahia foi um pedaço do chão brasileiro, onde os exploradores inoculavam dose

Trombadinha é um profissional nas Metrópoles Fofoqueiras do Sul



do falso moralismo reverencioso no homem do povo. Ideologia opressora que há muito mantém as oligarquias na direção política-social-e-econômica do Estado. Época em que se chamava um negro — que representa a maioria da população oprimida — de mulato, escurinho e escambau... e esse se dava por contente. O mulato ficava pê da vida se fosse chamado de crioulo, por um desavisado. O otário-malandro se considerava branco e afirmava presunçosamente que não tinha nenhum compromisso com os descendentes do Continente Africano. Era a época



Após o quebra-quebra de 1981, até ônibus gratuito os baianos conquistaram...

Ovo sem sal

A miséria galopa sem medo por toda Salvador. E, a mortalidade infantil e adulta não são mais privilégio das palafitas, favelas e mocambos. Já invadiram as chamadas partes brancas da cidade, onde mora a pequena burguesia gerencial. No perverso mercado de consumo as lojas comerciais funerárias se amontoam no fuze que não deixa de ser um dos melhores filões que restou para combalida economia baiana/brasileira. Um baiano/'istrangeiro' - filho do interior da Bahia/ mesmo dum outro cafundó dos Brasis - que aterrissar em Salvador num 1º de Maio — que é dias dos trabalhadores — e desembarcar na Praça do Campo Grande pode ver e ouvir os operários baianos.

O povo de Salvador um belo dia decidiu botar os pingos nos is. Foi no quebra-quebra que conquistou a gratuidade da passagem dos ônibus da linha Circular, que fazem o trajeto que é a espinha dorsal da cidade. Aí é o corredor da massa subempregada e desempregada que cambaleia driblando a penúria diária. A passagem de ônibus — em maio — desse ano — tava custando Cr\$ 38,00 — trinta e oito —. Um brasileiro do Sul pode não achar caro, mas este não pode se esquecer que o mísero salário mínimo da Bahia é menor do que o da região sudeste. E os empresários constantemente fazem pressão para aumentar o preço da passagem dos ônibus urbanos pra Cr\$ 69,00 — sessenta e nove cruzeiros —. As massas populares assessoradas por parlamentares da oposição têm brecaço as ambições dos patrões. Um Preto-Velho numa conversa fa-

lando das suas dificuldades revelou um erredo mais/menos assim:

— 'Lá pras nossas bandas baixam sempre uns'benfeitores' que dão o ovo mas não dão o sal. Dão paletó mas tiram as mangas; ou seja, — eles dão o sal mas não dão o ovo. E eu não conheço quem coma ovo sem sal.

Muita gente não entende essa (his)/(es)tória ao pé da letra. Mas aí, o Preto-Velho arremata duma maneira jocosa.

— 'A terra de Gregório de Mattos Guerra e Castro Alves, num tá muito longe de ser um ovo sem sal, pro seu povo não meu senhô!'

A esperança é que os artistas — escritores, pintores, cantores, poetas, compositores, jornalistas e repórteres — fotografem o jabaculé e revelem o miserê que há 483 - quatrocentos e oitenta e três — anos massacrá o povo baiano. Os que se dizem trabalhadores intelectuais precisam chegar pra engrossar o cordão dos condenados. Mas sem falsas gentilezas, porque a luta do povo é uma luta renhida que é pra valer, que é pra vencer os opressores. O caótico regime que aí está, delegou chetetes e corruptos que transformaram a capital e o interior da Bahia numa desorganizada e perversa Província Metida a Besta. Da caatinga ao mar destruíram um grande pedaço da resistência cultural do povo e a juventude bem nutrida vive atualmente se embebedando com a 'cultura enlatada' da indústria cultural. Redes de Radiodifusão —. Os destruidores não perdem por esperar, das cinzas e do bagaço surgirá uma nova vida pro povo.

ca da capoeira, do maculelê, do candomblé e das Pretas do Acarajé cantadas e folclorizadas e que não passavam dum antigo poço da fome. Eram como certa vez um pau-de-arara se expressou numa mesa de botequim. — "A romantização da miséria na literatura e na música popular brasileira."

As Pretas do Acarajé na da perambulam pelas ruas, ruas e restaurantes pro bem estar da burguesia; que não amamenta e nem cria seus filhos. Essas criaturas continuam vendendo cocoadas, acarajé, quebra-queixo, vatapá e abará pelas ruas de Salvador. São empregadas domésticas, que com seus filhos e maridos saem às ruas com tabuleiros — que muita das vezes não são seus — cantando preções que anunciam as guloseimas e catando uns cruzeiros que vão parar nos bumbuns bem nutridos de suas patroas.

Mas, os jovens negros baianos, duns 6/7 anos pra cá desembestaram e não mais embarcam nas farrombas — mentiras — dos cultuadores da macumba pra turista. Criaram grupos de resistência que preservam a cultura afro-baiana-brasileira na periferia da cidade. Assumiram atuar dentro dos terreiros de candomblé, das academias de capoeira, dos blocos de afoxê e reivindicam empregos justos no mercado de trabalho. É que o baiano poder aquisitivo do operariado baiano infelizmente mantém a perversa mercantilização que ainda é a venda do cigarro a retalho — comercialização de um, dois, três e quatro cigarros —. Em maio desse ano - 1983 -, o maço — que os baianos chamam de carteira — de

Os retalhistas não percebem que espremem seus iguais quando cobram Cr\$ 50,00 por um cigarro.



hollywood custava Cr\$ 225,00 — duzentos e vinte e cinco cruzeiros —, mas os vendedores retalhistas chegavam a fazer Cr\$ 1.000,00 — hum mil cruzeiros — na carteira.

O capitalismo destruiu a sensibilidade dos crônicos desempregados; pois, esses perderam a solidariedade que os uniam e ajudavam a resistir ao massacre que há muito lhes é dirigido pelos patrões. Os vendedores retalhistas não percebem que tão espremendo os seus iguais quando vendem um cigarro por Cr\$ 50,00 — cinquenta cruzeiros —. Os ricos têm nojo dos retalhistas, e são eles quem podem pagar os olhos da cara e do e... por uma carteira de cigarros. Mas, não o fazem. Eles compram pacotes ou maços de cigarros, e propositadamente deixam que os nanicos comerciantes - retalhistas diariamente engrandecidos parafernália onde perpetua ACM chefiando o Estado. E aí o autêntico 'Capitão do Mato' desempenha com malandragem seu papel. Mas uma parcela do povo despertou e não mais embarca nas arapucas do ex-popular 'Toninho Malvadeza'; e esse não se desentende e recorre a tática xinfirim que é posar ao lado duma Mãe de Santo para ser fotografado. Uns representantes do povo não acreditam na ingenuidade da Babaloarixá que não dá um chega pra lá no bota-lua, e por isso muitos têm tido sua tolerância e chetetes chamar de mesquinha esperteza de quem pensa que assim ajuda na libertação dos oprimidos.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luis Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD). Telex: 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffly, Olívia Rangel.
Sociais:

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. AMAZONAS — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. PARA — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. MARANHÃO — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. PIAUÍ — Teresina: Rua Eusebio Martins, 1130, 1º andar — CEP 64000. CEARÁ — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206 — CEP 60000. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 — CEP 62100. RIO GRANDE DO NORTE — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 102. Alacrim CEP 59000. PARAÍBA — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108 — CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. PERNAMBUCO — Recife: Rua do Sossego, 221 — Boa Vista — CEP 50000. GARA — NHUNS: Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 — CEP 55300. ALAGOAS — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro — CEP 57000. SERGIPE — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sala 28, CEP 49000. BAHIA — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro, CEP 40000. Feira de Santana: Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101, CEP 44100. Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12, CEP 42800. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204, CEP 45600. MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605. CEP 30000. Contagem: Rua do Contorno Rodoviário, 345/355 — CEP 32000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadarez, 3º andar, sala 411, CEP 36100. GOIÁS — Goiânia: Av. Anhangüera, 3001, sala 1309, Centro, CEP 74000. DISTRITO FEDERAL — Brasília: Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul, CEP 70317. MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095 — CEP 78000. ESPÍRITO SANTO — Vitória: Rua General Osório, 127, sala 908, CEP 29000. RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208, CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira, CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807, CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101, CEP 25000. Nova Iguaçu: Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605, CEP 26000. SÃO PAULO — S. Bernardo do Campo: Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar, CEP 09700. São Caetano do Sul: Rua Santa Catarina, 39, sala 303 — CEP 09500. Campinas: Rua Prof. Luis Rosa, 94, CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar, CEP 17500. Piracicaba: Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367, CEP 13400. PARANÁ — Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8, CEP 86100. RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29, CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dr. Montauri, 658, 1º andar, sala 15, CEP 95100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e Impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Pentecoste, 236, loja 8, Tel.: 263.3115 São Paulo-SP.

Estado de greve nas estatais

Em vários pontos do país cresce a mobilização dos funcionários das empresas estatais — em especial do Banco do Brasil — contra o “pacotão” anunciado pelo governo do general Figueiredo para acabar com as “mordomias”. Milhares de trabalhadores têm comparecido às assembleias que discutem o assunto e decretado o “estado de greve”.

No Rio de Janeiro até as lideranças sindicais se surpreenderam com a disposição de luta dos funcionários do Banco do Brasil, BNDE e IBGE. Os trabalhadores do BNDE lotaram o auditório do Sindicato dos Bancários — fato inédito na história do banco. Os funcionários do IBGE realizaram uma assembleia na sua sede, com cerca de mil pessoas. E o pessoal do Banco do Brasil realizou assembleia na Associação Comercial, com cerca de 4 mil participantes. Empregados na Petrobrás, Eletrobrás Basa, Caixa Econômica, etc. realizarão assembleias nos próximos dias.

No dia 17 os funcionários pú-

blicos das estatais realizaram a maior manifestação dos últimos tempos da capital carioca. Mais de 10 mil pessoas pararam o centro do Rio, no final da tarde, contando com adesão total e impressionante da população. A frente da multidão estavam uma bandeira do Brasil e outra do Sindicato dos Bancários. Milhares de bandeirinhas foram distribuídas aos participantes. Centenas de faixas coloriram o trajeto, denunciando a entrega do país ao FMI. “E se assinarem o pacote? Nós paramos a nação”, “F.M.I. — Fora daqui”, e o já tradicional “O povo está a fim da cabeça do Delfim” era as pa-

lavras-de-ordem mais repetidas pelos populares. Papel picado caía dos prédios, saudando os manifestantes. Motoristas buzinavam e acenavam em solidariedade.

Em São Paulo a assembleia, convocada pelo Comando Geral de Luta Contra o Pacote e Sindicato dos Bancários teve a participação de 5 mil trabalhadores, no dia 21. “Tirem as patas das estatais” era o seu lema. Caso Figueiredo assinasse o decreto, os funcionários decidiram entrar em greve. Vários chefes e supervisores estavam presentes na assembleia, e aprovaram suas propostas de luta. Joel, representante da Pró-CUT, foi bastante aplaudido quando falou que o momento impõe a necessidade de uma greve geral no país.

“Fora o pacote ou greve!”, conclamam os trabalhadores



No Rio de Janeiro, 4 mil na assembleia dos funcionários do Banco do Brasil

nunciaram: “Com certeza, não foram os trabalhadores do Banco do Brasil, e nem das outras estatais, os responsáveis pelo escândalo da mandioca, o escândalo dos tecidos, muitos menos pelos gastos com banquetes, viagens, campanhas eleitorais, desvios de aviões. Os responsáveis são aqueles mesmos que há 19 anos manipulam o dinheiro público, sempre sob pretexto de estarem combatendo as mordomias e a corrupção, assuntos no qual eles são doutores”. E conclamam: “Fora o pacote ou greve!”

Em Fortaleza, 800 funcionários do Banco do Brasil, Banordeste, Banco da Amazônia e outros bancos oficiais federais também participaram da assembleia, aprovando o “estado de alerta para greve”. Na capital cearense existem cerca de 4 mil funcionários de estatais. Uma Comissão de Mobilização e Luta foi eleita pelos funcionários.

Em Salvador igualmente foi realizada assembleia. O diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia, Francisco Alberto Souza, afirma que “a mobilização tem crescido significativamente, prin-

cipalmente no Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.”

Também em Sergipe os trabalhadores das estatais se movimentam. O presidente da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas, Edmilson Araújo, está buscando elaborar, com outros dirigentes sindicais, um programa de lutas para a categoria. “A minha categoria”, afirma Edmilson, “está totalmente revoltada com o famigerado pacote das estatais. Eu particularmente defendendo a greve geral nacional”.

Pacote mata paraibano

Na Paraíba os sucessivos pacotes econômicos do general Figueiredo acabaram por matar Eduardo Lourenço da Silva, funcionário de uma estatal.

Há tempos que Eduardo queixava-se aos colegas de trabalho: “Vou ter que entregar a minha casa e meu carro, pois eles são financiados, e com os pacotes do governo, não tenho como pagar as prestações. Vou morar debaixo da ponte, que não dá nem pra pagar aluguel”.

Na sexta-feira Eduardo foi trabalhar ainda mais abatido: “Não consigo nem pensar. Na próxima semana vou tirar meus filhos” (ele tinha três) “do colégio, porque não dá mais pra arcar com as despesas”. No dia 17, o fatídico dia 17, em que os jornais divulgaram o provável texto do “pacote das estatais”, Eduardo teve um ataque cardíaco. Morreu no seu local de trabalho: o estatal Banco do Nordeste, em Campina Grande.

(da sucursal)

O Sindicato dos Bancários e o Comando de Luta afirmaram: “Este pacote” (anunciado pelo governo) “é, antes de tudo, uma aberração jurídica, pois elimina direitos adquiridos, assegurados em todas as constituições, cartas e emendas constitucionais vigentes neste País há meio século; fere a Consolidação das Leis do Trabalho e ainda passa por cima das Convenções Coletivas de Trabalho e dos regulamentos das empresas”.

Em nota à população os funcionários do Banco do Brasil de-

Montoro com os desempregados

Após uma semana de intensa movimentação, os desempregados de São Paulo conquistaram uma importante vitória: em audiência com o governador Franco Montoro, na manhã de quinta-feira, obtiveram a promessa da formação de uma comissão com membros do governo estadual, sindicalistas, parlamentares e representantes do Comitê de Luta Contra o Desemprego para estudar medidas de urgência contra o desemprego e mobilizar a sociedade para exigir do governo federal mudanças na política econômica. Quanto às violências na manhã de quarta-feira em Santo Amaro, com agressões e prisões, Montoro denunciou a existência no interior da polícia “dos que praticam sabotagem” e se comprometeu a “apurar os excessos cometidos”.

Da audiência com Montoro participaram membros do Comitê de Luta Contra o Desemprego, dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e de Santo André, Têxteis, Motoristas, Metroviários, Marceneiros, Bancários e Médicos, e os deputados peemedebistas Benedito Cintra e Ruth Escobar. Também integraram a comissão os desempregados Antonio Donizete e Maria Arleide, agredidos na manifestação de quarta-feira.

No dia das violências contra os desempregados o deputado federal do PMDB Aurélio Peres levantou a hipótese da existência de um comando paralelo na PM. Quando soltava Donizete e Arleide na delegacia, Aurélio ligou para o secretário de Segurança pedindo explicações: “Ele me disse que não havia ordenado a repressão, que nem sabia dos incidentes”. Quem assumiu a responsabilidade do massacre foi o Major Nilo Pinto.

“QUEREM NOS BOICOTAR”

“Parece que a polícia continua sendo governada pelo PDS”, afirmou Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos, durante a audiência com Montoro. “Fala-se na existência de um duplo comando na PM, com pessoas tentando colocar o povo contra o governo democrático do Estado, o que é de interesse do general Figueiredo”, concluía Jamil quando foi interrompido por Montoro: “tem gente que quer boicotar o governo estadual. O



Arleide e o deputado Aurélio Peres: contra a violência da polícia

secretário de Segurança dá uma ordem e eles dão outra”.

O governador argumentou: “Há muita gente querendo nos dividir. E nós não podemos cair no jogo dos adversários, do governo federal. Temos que estar juntos para mudar a política econômica recessiva do governo que faz com que o país fique na dependência do FMI. A colocação de vocês é verdadeira: o desemprego é resultado da recessão, é culpa do governo federal”. Afirmando estar “muito satisfeito com a reunião”, Montoro concordou com a sugestão de criar uma comissão para estudar o problema do desemprego e para “pressionar, exigir mudanças na política recessiva”.

Os desempregados Joel e Maria do Socorro apresentaram as su-

gestões dos desempregados. Além da criação da comissão, eles pediram a isenção da cobrança das taxas de água e luz, a cessão de 100 passes por mês para os desempregados. “Mas o principal é que se suspenda a proibição da utilização das praças públicas pelos desempregados e que o governo ceda um local amplo para uma manifestação. Nela será formada uma caravana para ir a Brasília, já que lá é onde estão os culpados. Vamos exigir o salário-desemprego e a mudança da política econômica”, concluiu Socorro.

PUNIR OS POLICIAIS

O Comitê de Luta Contra o Desemprego está pensando em abrir um processo contra os responsáveis pela repressão na Zona Sul. Arleide, que foi agarrada

por cerca de dez PMs e covardemente espancada até desmaiar, explica: “Os desempregados estão sugerindo que a gente abra um processo para apurar os responsáveis pela pancadaria. Se nós não fizermos isto eles vão continuar batendo, com comando paralelo ou sem. Eles vieram para cima de mim para me destruir, cheios de ódio, e não podemos deixar isto acontecer”. Já Donizete completa: “A gente não pode baixar a cabeça. A maioria dos desempregados votou no Montoro, mas não aceita repressão e exige que os responsáveis sejam punidos”.

Dois dias antes os desempregados haviam feito outra manifestação. Após um comício no Largo 13, cerca de 300 saíram em passeata, congestionando a avenida Nações Unidas, passando nas grandes metalúrgicas da região. Em cada uma eles fizeram um comício, pediram apoio dos que estão empregados e divulgaram a idéia da greve geral contra o desemprego. Em todas foram bem recebidos: “Eles estão certos, tem que haver pressão, porque nenhum pai de família pode viver sem emprego. A gente que está trabalhando já vive em dificuldades, com um salário baixo e com medo de ser demitido no dia seguinte. O empregado hoje é um coitado amanhã. Para acordar estes caras era preciso mesmo uma greve geral”, afirmou um operário há quatro anos na Westinghouse.

(Altamiro Borges)



Socorro (de calça comprida) com as delegadas ao Congresso

Um país sem desemprego

Maria do Socorro de Oliveira Souza, metalúrgica, 28 anos, casada e mãe de dois filhos, está desempregada há seis meses. Esteve na Albânia onde participou do 9º Congresso da União das Mulheres. Entrevistada pela Tribuna Operária, falou sobre o que viu neste país socialista:

“Eu, uma operária desempregada, membro do Comitê de Luta Contra o Desemprego, estive na Albânia graças às conquistas dos operários albaneses que me convidaram e puderam pagar minha passagem.

“A primeira coisa que descobri é que nossa luta aqui no Brasil por reivindicações como salário desemprego, passe para desempregado, etc., pode ter êxito. Mas minha experiência na Albânia mostrou que podemos conquistar muito mais do que isso: pleno emprego, salário justo, uma vida feliz. Mas isso só no socialismo.

“Visitei por exemplo, uma empresa metalúrgica em Shkodra, o Complexo Têxtil de Tirana, uma fábrica de fios de lã em Durres. Todas as três eram dirigidas por operárias. Aliás foi uma alegria para mim ver uma operária tão simples como eu dirigir uma fábrica. E isso não é possível no capitalismo, é que lá os operários estão no poder mesmo. Como afirmou uma jovem operária de 18 anos, em uma fábrica de tapetes para exportação em Shkodra, o trabalho do operário albanês tirou o povo da escuridão e o trouxe para a luz. Porque

antes lá a situação era mais ou menos como aqui. Os imperialistas tentavam dominar e explorar o povo. Havia grande número de desempregados. Mas os operários, camponeses, os trabalhadores tomaram o destino do país em suas próprias mãos. O desemprego acabou. Todo mundo tem profissão.

“Como são eles que têm a direção, tudo é feito em seu benefício. Eu visitei também a casa de um camponês da cooperativa de tipo superior de Shkodra. A casa tinha três quartos, televisão, móveis de qualidade. E tinha sido reconstruída com trabalho voluntário depois de um terremoto que destruiu quase toda a região — em 1979...”

“Os trabalhadores vivem felizes porque produzem para eles mesmos, para melhorar suas condições de vida. Na fábrica de confecções de Durres que visitei, por exemplo, há dez anos que eles vêm realizando e até ultrapassando o plano de produção, que é decidido pelo coletivo dos trabalhadores e aprovado pelo governo socialista.

“E as mulheres não são demitidas quando engravidam ou casam. Inclusive têm direito a licença de um mês antes e 5 depois do parto para cuidar do bebê. Conheci uma ordenhadeira no Norte da Albânia de 32 anos, com 8 filhos. Nunca perdeu o emprego e inclusive se destacou no trabalho voluntário para a meta. Os trabalhadores albaneses procuram produzir para melhorar porque isso é para o bem de todos e não de uma minoria”.



Na segunda-feira os desempregados fizeram comícios em São Paulo. “Fora o pacote ou greve geral”



CDM
Centro de Democratização e Memória
Fundação Maurício Grabois